



## CHINA SESSION

**30 Anos de CPLP – Que futuro nas relações com a China?**

**22 de Janeiro de 2026| 11.00 (Lisbon Time)| CCCM/ON-LINE**

O próximo “*China Session*”, a realizar-se em 22 de Janeiro de 2026, é um evento organizado em parceria, a partir de Lisboa, pela *Global Strategic Platform* (GSP) e o Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM), e centra-se na análise da relação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com a República Popular da China (RPC) e a relevância de Macau nesta relação.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa atinge, em 2026, o seu trigésimo ano de existência. A criação da organização resulta de um processo iniciado nos anos 90 do século passado, através de um esforço político-diplomático por parte dos Países de Língua Oficial Portuguesa e que se centrou, em larga medida, no desejo de ver institucionalizada a cooperação multilateral e multidomínio entre esses Estados.

Os seus atuais nove Estados-membros encontram-se presentes em diversos blocos regionais de relevo, como a União Europeia (Portugal), o Mercosul (Brasil), a União Africana (PALOP) ou, mais recentemente, a ASEAN através da muita adesão de Timor-Leste à organização do Sudeste Asiático. Tal rede demonstra que estes países podem servir de elo entre a CPLP e essas organizações. Para os PALOP, o “Fórum sobre a Cooperação China-África” (FOCAC) é outro instrumento usado para reforçar laços multilaterais e bilaterais, neste caso com a República Popular da China.

No que diz respeito à RPC, a CPLP mantém uma relação com o país, através dos laços históricos de Portugal com Macau. Mais de 500 anos de presença portuguesa no território criaram uma fusão cultural praticamente sem paralelo a nível mundial e, como consequência, criou-se uma ponte com a China. Em 1999, Macau passaria de forma definitiva para administração chinesa, deixando para trás o passado colonial português, sem esquecer a relevância da língua, da cultura e da Lusofonia. Ainda que o território não tenha o estatuto de Observador Associado, a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) é uma peça fundamental não apenas para que Pequim dialogue com o mundo lusófono, mas também para assegurar que a presença da língua portuguesa na Ásia-Pacífico se mantenha viva, útil e sirva o propósito de ligar povos e culturas.

Ainda que limitada no seu raio de ação, a CPLP tem vindo a procurar o seu próprio espaço no panorama internacional. Os seus primeiros anos de existência desenrolaram-se sob o manto da pax americana, ambiente sentido no período imediato ao fim da Guerra Fria. Foi neste contexto que a organização se desenvolveu, tendo ocorrido um conjunto de momentos de especial importância para a sua expansão. Um dos eventos mais relevantes foi a independência de Timor-Leste (2002), após décadas sob o domínio indonésio. O crescimento da instituição para Oriente alargou este espaço, colocando-o na fronteira com as grandes potências regionais da Ásia-Pacífico.

O contexto internacional atual é especialmente desafiante. A crescente tensão entre a China e os Estados Unidos, o conflito israelo-palestiniano, a guerra da Ucrânia com a Rússia, assim como distúrbios e convulsões em África, América do Sul e Ásia têm conduzido os países membros da CPLP, em muitos casos, por caminhos divergentes e nem sempre política e diplomaticamente alinhados. As exigências do ambiente internacional obrigam a tomadas de posição que testam a resiliência da organização, embora não se avizinhe o seu desmoronamento.

Muitos desses desafios colocam a China numa posição central no sistema internacional, uma situação que a CPLP e os seus Estados-membros não podem ou conseguem ignorar. De entre estes países, o Brasil é aquele que goza de relações mais próximas a Pequim. Durante os anos do presidente Jair Bolsonaro, e apesar da retórica agressiva face à RPC, os laços económicos entre os dois países mantiveram

uma trajetória ascendente. Foram assinados acordos na área agrícola, nomeadamente, referentes à exportação de carne e algodão, e a China reforçou a sua posição como principal parceiro comercial do Brasil. Os investimentos chineses no Brasil totalizaram, em 2024, US\$4,8 mil milhões, um crescimento de 113% relativamente ao ano anterior.

A China foca-se não apenas na indústria energética e petrolífera, mas também na mineração, no sector automóvel, entre outros. Com o retorno de Lula da Silva à presidência, estes laços mantiveram um rumo positivo, algo evidente através do regresso dos BRICS ao mais alto patamar da política internacional. Ademais, o Novo Banco de Desenvolvimento, sediado em Xangai e braço financeiro dos BRICS, é presidido por Dilma Rousseff, antiga presidente do Brasil.

Portugal, pelo seu turno, tem tido na China um parceiro importante no sector do investimento. A mega fábrica da CALB, em Sines, começará a produzir baterias de lítio a partir de 2028, sendo uma peça importante para o mercado europeu de viaturas elétricas. Durante o ano de 2025, o governo português tem abordado ativamente a República Popular da China como forma de alargar as suas alternativas de investimento externo. Para Portugal, a manutenção de boas relações com Pequim é igualmente uma forma de assegurar que Macau permaneça indiretamente associado ao país. Uma significativa comunidade portuguesa ainda reside no território e o crescimento da língua portuguesa no último quarto de século são factos de destaque. Para ambos os Estados, a transferência pacífica da administração de Macau, em 1999, ainda é um momento histórico eternizado pela retórica política.

Por outro lado, a presença da China em África, datada do período da descolonização, sente-se nos PALOP. Angola, em particular, mantém laços estreitos com a China, através do avultado investimento externo que contribuiu decisivamente para a reconstrução do país, a partir de 2002, após décadas de conflito armado interno. Sendo certo que a dívida angolana face a Pequim é preocupante e que a balança de transações comerciais favorece o lado chinês, as relações sino-angolanas mantêm-se entre as mais importantes da presidência de Xi Jinping em África, discurso reciprocamente veiculado recentemente pelo Presidente João Lourenço.

Os restantes membros da CPLP, mesmo não tendo o mesmo destaque que o Brasil, Portugal e Angola, contribuem para a estratégia da China de ser vista como um polo de paz num mundo gradualmente mais caótico. Para tal, estes Estados necessitam de respeitar o princípio de “Uma Só China”, ferramenta essencial para que Pequim possa ser vista como a representante legítima do povo chinês no panorama internacional em contraponto a Taiwan.

Essencialmente, os Estados da CPLP têm obtido alguns benefícios dos laços económicos que existem com o gigante asiático. Em muitos casos, essas relações evoluíram graças ao abandono do dogmatismo ideológico dos primeiros anos da República Popular, em detrimento de uma visão “*win-win*” e que é descrita como sendo potenciadora dos laços entre países. No entanto, o que se observa é que não existe uma CPLP que fale a uma só voz quando lida com a China. Não é surpreendente, uma vez que cada país tem a sua própria política externa e os seus interesses não coincidem necessariamente uns com os outros.

Em muitos sentidos, a Comunidade é “apenas” um conjunto de estratégias díspares, cujo único ponto de contacto é o estatuto de língua oficial que o português tem em cada país. Mesmo este último ponto é controverso. A adesão da Guiné Equatorial, em 2014, gerou polémica dado que o país não tem qualquer laço linguístico com os restantes membros da organização. A forma artificial como acedeu à CPLP revela o quanto frágil a instituição é e como o seu escopo limita-se às suas ações.

Para a CPLP, é necessário projetar os próximos 30 anos com a China em mente. Pequim é, em todos os sentidos, um ator insubstituível no panorama internacional. Fundamentalmente, esta conferência propõe-se a compreender como os Estados da CPLP lidam com a China e a projetar o futuro destas relações bilaterais.

Para a organização, existem importantes lições a aprender para definir se deve ser reformada para adquirir uma nova voz junto de Pequim ou se deve permanecer no mesmo sistema. Acima de tudo, a CPLP necessita de definir aquilo que é importante para a sua existência e definir um rumo estratégico para as suas parcerias.

Nesta próxima sessão do “China Sessions”, esperamos ser capazes de lançar esse debate...